

ELSA4THOUGHT: O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

No dia 8 de março, celebra-se em todo o mundo o dia internacional da Mulher e, nessa celebração, devemos parar para refletir, verdadeiramente, sobre alguns problemas estruturais que continuam a subsistir.

Fonte de inspiração, influência, sabedoria, humanidade, as mulheres estão, e devem estar, em pé de igualdade com o homem, em qualquer lugar, seja no mundo artístico, empresarial, político ou desportivo.

Ainda que assim o deva ser, a estatística mostra um mundo desigualitário e incompreensível.

Em Portugal a população feminina representa cerca de 52% da população residente em Portugal, sendo expectável que alguns indicadores revelassem um equilíbrio estatístico, o que nem sempre se verifica.

Relativamente à população ativa, efetivamente, observa-se um equilíbrio entre homens e mulheres, porém, a taxa de desemprego é superior nas mulheres (cerca de 1%).

Por outro lado, a taxa de emprego é superior nos homens, embora a participação das mulheres no mercado de trabalho, em Portugal, esteja acima da média europeia.

Já na população inativa, por um lado, observa-se um predomínio das mulheres em situação domésticas (quase 97%), porém a população estudantil é dominada pelas mulheres. Verifica-se também uma discrepância significativa na percentagem de cuidadores informais, cabendo uma maior representação às mulheres.

Na educação, mais propriamente no ensino superior, 61% das pessoas com formação superior são mulheres. Porém as discrepâncias salariais e o acesso restrito a cargos, quer políticos, quer empresariais, continuam a predominar, tanto no nosso país, como na União Europeia.

Situação paradoxal, injusta e que, de facto, causa prejuízos quer para a mulher e para toda a sociedade.

Veja-se, por exemplo, um estudo do FMI, publicado em setembro de 2018, que aponta que as mulheres estão sub-representadas quer em instituições financeiras quer noutros serviços e que com o seu contributo e uma maior representatividade, há um ganho no desempenho e rentabilidade daquelas.

Por outro lado, diminuir a disparidade salarial entre géneros aumentaria, por exemplo, a estabilidade do sistema bancário e o crescimento económico.

Um dos problemas amplamente debatidos e polémicos é (infelizmente ainda o é) a disparidade na remuneração das mulheres em relação aos homens.

Em pleno século 21 o Gender Pay Gap, isto é, a disparidade salarial média entre homens e mulheres, é uma realidade que persiste em quase todos os setores da economia portuguesa, europeia e mundial!

Ainda que assim seja, devemos referir a existência de políticas que tentam corrigir esta desigualdade, algo que tem funcionado um pouco por todo o mundo, diluindo a desigualdade entre homens e mulheres, não obstante os efeitos serem lentos e nem sempre constantes, sendo isto constatável nos vários indicadores europeus e nacionais.

De facto, há uma tendencial disparidade entre salários médios, pendendo para o lado dos homens, transversal em quase todos os setores da economia e também em diferentes graus de escolaridade, aliás, há uma diferença quase exponencial entre a diferença salarial e o nível de habilitações, sempre em prejuízo da mulher, um claro paradoxo.

Noutro ponto, é também importante refletir sobre a (ainda) sub-representação quer nas forças policiais, quer nas forças armadas, mais concretamente apenas cerca de 14% do efetivo são mulheres.

Mais uma vez aqui constata-se as estruturas institucionais envoltas numa cultura de desigualdade e discriminação que perdurou durante os últimos séculos, mas que parece estar a ter um ponto de viragem na atualidade.

O problema neste caso, não será apenas a limitação na admissão e recrutamento, aliás, observa-se já uma quase total abertura ao recrutamento de homens e mulheres, sendo antes o avanço na progressão das carreiras que o problema se revela mais complexo.

A mesma situação verifica-se na diplomacia, onde grande parte do corpo diploma é composto por homens.

No entanto, cumpre notar que tem havido um progresso na representação feminina no corpo diplomático português, sendo, no entanto, um caminho ainda por percorrer, até chegar a uma representação devidamente equitativa.

No campo da política, é também constatável um maior pendor para a eleição de homens para cargos de liderança e tomada de decisões, seja para o governo, para o parlamento ou para outros órgãos políticos, basta observar os últimos presidentes ou primeiros ministros portugueses ou, no plano internacional, veja-se, por exemplo, os Estados Unidos da América.

Mais uma vez, observam-se aqui barreiras culturais e sociais que a história foi criando, cabendo agora, mais do que nunca, um papel ativo da sociedade civil, mas também dos governos, para acabar com este problema, não deixando de ser verdade que existam soluções em vigor e têm tido algum contributo, veja-se por exemplo as quotas mínimas obrigatórias para cargos políticos ou empresariais, um maior financiamento no desporto feminino, entre outros.

Em suma, a representação feminina continua abaixo do ideal, em Portugal, se é verdade que os indicadores mostram que estamos a caminhar para a igualdade no tratamento, veja-se por exemplo a nível de Gender Pay Gap (estamos abaixo da média da União Europeia), ainda que neste mesmo indicador é espetável que nos próximos anos ultrapassemos a média europeia.

Sendo clara a injustiça, é importante que haja a necessidade de resolver a questão, implementando programas e políticas que promovam o verdadeiro valor das pessoas, que haja representatividade nos diversos cargos políticos, académicos, empresariais ou desportivos e que a desigualdade seja uma realidade dos séculos passados e não deste.

Por último, será importante olhar para o contributo valioso dos vários exemplos de mulheres notáveis em diversas áreas e em todo o mundo que também poderá ser fonte de mudança.

Veja-se o exemplo de Malala, de Rose Parks, de Ada Lovelace, Audre Lorde, Ellen Johnson Sirleaf, Marie Curie, Simone Biles, Margaret Thatcher, Frida Kahlo, Amelia Earhart, como tantas outras, independentemente do género, promovendo assim uma sociedade mais justa e equitativa.